

Ano 1 • nº 6 • 2002

NÓS DA ESCOLA

www.multirio.rj.gov.br/nosdaescola

Carioca
Alunos descobrem que a
Matemática não é um
bicho-de-sete-cabeças



**Educação Infantil:
93 anos de desafios**

ISSN 1676-5141



NÓS DA ES



Ano - 1910
Professoras e alunos do Jardim
de Infância Marechal Hermes,
Zona Sul, Rio de Janeiro (RJ)



COLA

Ano - 2002
Professoras e alunos do Jardim de Infância
Marechal Hermes, Zona Sul, Rio de Janeiro (RJ)
Desenho da aluna Layla Muinck



Editorial _____	4
Cuidar e educar	
Cartas _____	5
Programação, Giramundo e Teorias	
Ponto e Contraponto _____	6
As educadoras Rita Ribes e Lúcia Martins Barbosa debatem a formação dos professores	
Carioca _____	9
Professores do PEJ II contam como foi realizada a produção da nova apostila de Matemática	
Zoom _____	10
Desenho animado: mocinho ou bandido?	
Olho Mágico _____	12
Saiba como funciona a ouvidoria da MULTIRIO	
Atualidade _____	14
As mudanças do novo Código Civil brasileiro	
Capa _____	16
A história da Educação Infantil no Rio de Janeiro	
Pé na Estrada _____	21
Como deve ser feita a passagem da Educação Infantil para a Educação Fundamental	
Caleidoscópio _____	24
Programas e produtos da MULTIRIO que podem ser usados na escola	
Professor On-line _____	27
Conheça o portal dos servidores do município do Rio	
Vida de Professor _____	28
Um olhar sobre o centro de estudos	
Tudoteca _____	30
Dicas de leitura, sites, filmes, vídeos e agenda de eventos	



Empresa Municipal de Multimeios

Largo dos Leões, 15 - 9º andar - Humaitá - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22260-210 • www.multirio.rj.gov.br • ouvidoriainmultirio@pcrj.rj.gov.br
Central de atendimento: (21) 2528-8282 - Fax: (21) 2537-1212

Cesar Maia - Prefeito • Sonia Mograbi - Secretária Municipal de Educação • Regina de Assis - Presidente da MULTIRIO • Maria Inês Delorme - Diretora de publicações e jornalista responsável (MTb. 22.628) • Ana Lagôa - Supervisão editorial • Solange Jobim - Supervisão pedagógica • Élide Vaz - Assessora de comunicação e ouvidora • Guaira Miranda - Gerente de multimídia • Colaboradores: Alberto Jacob Filho (Fotografia), Cristina Campos (Conteúdo), Cristina Morel (Conteúdo), Eduardo Duval (Ilustração), Frata Soares (Ilustração), Joanna Miranda (Conteúdo), Lúcia Barreiros (Produção gráfica), Marcus Martins (Ilustração), Marcus Tavares (Reportagem), Martha Neiva Moreira (Edição), Nancy A. Soares (Revisão), Suely Barreto (Conteúdo), Tania Oliveira (Projeto gráfico) • Fotolitos e Impressão: Gráfica e Editora Posigraf • Tiragem: 40 mil exemplares

Capa - Aluno Lucas Daiha Machado, da Escola Municipal Casa da Criança Del Castilho, Zona Norte, Rio de Janeiro (RJ)



Desenhos dos alunos do Jardim de Infância Marechal Hermes, Zona Sul, Rio de Janeiro (RJ)

Cuidar e educar

Se em 1988, a Constituição Federal reconheceu a necessidade de atendimento às crianças de 0 a 6 anos como um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV), assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, que também reafirma este direito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) teve um papel determinante nas mudanças de rumo ao estabelecer, no seu artigo 29º, a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica.

Tendo por finalidade o desenvolvimento integral da criança "em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social", a Educação Infantil deverá ser oferecida nas creches a crianças a partir de 4 anos.

Modificar uma concepção de educação assistencialista significa atentar para questões que vão além dos aspectos legais e assumir as especificidades da Educação Infantil. Educar e cuidar devem ser vistas como

ações interligadas que visam ao desenvolvimento e à aprendizagem das crianças.

Esta nova etapa exige de nós uma grande reflexão, pensando, em primeiro lugar, na criança como um ser que faz parte de um contexto histórico, de um país, de uma cidade, de um determinado bairro e família.

Na faixa de 4 e 5 anos, os professores do município do Rio de Janeiro já têm uma experiência acumulada e encontram na MultiEducação, nosso Núcleo Curricular Básico, a articulação entre Princípios Educativos e Núcleos Conceituais para nortear seu trabalho.

Mas começam a surgir questões em relação aos conhecimentos a serem desenvolvidos com crianças de 0 a 3 anos e é este o momento de rever a MultiEducação, contemplando também na discussão esta faixa de idade atendida nas creches, cuja supervisão teve início no ano passado pelos profissionais da Secretaria Municipal de Educação, que passou a receber as públicas neste ano de 2002.

Se a escola tem um papel determinante na promoção do desenvolvimento humano, devendo ter espaços próprios e materiais adequados para cuidar e educar nossas crianças, entre os recursos mais importantes, para o desempenho exitoso desta tarefa, estão os humanos.

É preciso formação adequada e abrangente deste professor, assim como uma atualização presencial permanente com a participação em reuniões e seminários, o acesso a livros e outras publicações, além de vídeos e programas televisivos como os que a MULTIRIO produz.

A demanda por Educação Infantil é crescente, sendo um direito de nossas crianças. Temos o grande desafio de universalizá-la no município do Rio de Janeiro, sendo a profissionalização do docente uma tarefa que se impõe.

Sonia Mograbi

Secretária Municipal de Educação

Programação

A **Nós da Escola** se tornou mais atraente. Aproveito para sugerir que a programação de TV da MULTIRIO seja veiculada por meio da revista, auxiliando os professores na escolha das séries que melhor se adaptam ao trabalho desenvolvido em sala de aula.

Também acho que o cotidiano dos professores do 2º segmento - suas dúvidas, angústias e experiências bem-sucedidas - deva ser discutido e apresentado pela revista.

Equipe de professores ✉

Escola Municipal Fernando de Azevedo,
Zona Oeste, Rio de Janeiro (RJ)

N. da R. – A grade com a programação da MULTIRIO já é distribuída para todas as escolas. A revista traz a seção **Caleidoscópio**, destacando séries e dando dicas de como utilizá-las na sala de aula. No site www.multirio.rj.gov.br os professores encontram a programação, comentários e dicas de como montar sua videoteca. Além de reportagens e material de pesquisa, inclusive para o segundo segmento.

Teorias

Felicito a revista pela entrevista com Ana Luiza Smolka, professora do Departamento de Psicologia Educacional da Faculdade de Educação da Unicamp (Nós da Escola nº 4, páginas 5, 6 e 7). Concordo quando a professora fala que, no Brasil, há uma forma peculiar de tratar a produção de conhecimento – o que resulta na banalização das teorias. Acredito que se tivermos cuidados e nos aprofundarmos no conhecimento isto não acontecerá e será dado o real valor às teorias.

Regina Maria Neiva Mesquita ✉

Escola Municipal Casa da Criança Del Castilho,
Zona Norte, Rio de Janeiro (RJ)

N. da R. – A MULTIRIO agradece seus elogios e também aposta no poder do saber.



Giramundo

Nós, professores da Escola Municipal Prefeito João Carlos Vital, queremos parabenizar a equipe do **Giramundo** pelo material didático que está sendo produzido. O acesso a essas informações está facilitando a dinâmica da sala de aula. Por meio de jogos e brincadeiras percebemos o quanto nossos alunos têm a nos revelar.

Obrigado à equipe por estar enriquecendo o nosso trabalho com assuntos sempre atuais e sugestões práticas.

Equipe de professores ✉

Escola Municipal
Prefeito João Carlos Vital,
Zona Oeste, Rio de Janeiro (RJ)

N. da R. – Ficamos felizes por vocês. Envie para a **Nós da Escola** os relatos de suas práticas.



É penta!

Como o Brasil conquistou o pentacampeonato mundial de futebol

Trabalho do aluno
Jacques Ferreira Pinto
Escola Municipal Presidente
Arthur da Costa e Silva, Zona Sul,
Rio de Janeiro (RJ)

✉ Carta

☎ Telefone

@ E-mail

Em 1999, uma medida do Ministério da Educação indignou educadores de todo o país. O decreto 3.726 concedia, na época, exclusividade aos Institutos Superiores de Educação na formação de professores de séries iniciais.

A polêmica em torno da idéia foi tanta e a pressão dos educadores para acabar com a exclusividade conferida aos institutos foi tamanha que o decreto acabou sendo modificado e eles se tornaram mais uma opção para aqueles que queriam se habilitar a dar aulas para a Educação Infantil e para o primeiro segmento do Ensino Fundamental, como previa um dos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Pouco mais de dois anos se passaram e a polêmica em torno do tema continua.

Rita Ribes, professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do

Rio de Janeiro e do curso de especialização em Educação

Infantil da PUC-Rio, aponta a superficialidade da formação nos institutos.

Para ela, longe de contemplar a

diversidade de saberes da chamada época pós-moderna, o que se percebe nos institutos “é uma cisão entre conhecimento e técnica, entre reflexão e prática e, em consequência disto, uma supervalorização e mesmo uma naturalização da técnica e da prática”.

Na defesa da proposta dos institutos, a professora Lúcia Martins Barbosa, coordenadora dos cursos de Pedagogia e Normal Superior da Universidade Veiga de Almeida e da Câmara Superior do Conselho Estadual de Educação, argumenta: “Os cursos superiores de Educação são apenas a formação inicial desse professor, que deve continuar se atualizando com pós-graduação e outros cursos”. Nós da Escola ouviu duas educadoras que defendem posições diferentes.

Que avaliação vocês fazem da proposta dos Institutos Superiores de Educação?

Rita Ribes - Qualquer avaliação a esse respeito deve ser pautada sob dois aspectos. O primeiro - e atualmente o mais visado - diz respeito às questões epistemológicas, ao trato com o conhecimento; enfim; à demanda de saberes considerados necessários ao educador para o pleno exercício de sua profissão. O outro aspecto -

determinante, a meu ver - diz respeito ao contexto histórico e político mais amplo que perpassa o surgimento dessa nova modalidade de formação. Neste contexto, não se pode deixar de considerar a representatividade e os conflitos entre os setores público e privado da educação brasileira nas diferentes esferas de poder e suas diferentes influências na elaboração e aprovação das leis, bem como na implementação das políticas educacionais. A atual situação das universidades públicas em contraste com a proliferação de universidades e faculdades particulares. Os critérios de avaliação e, principalmente, de aprovação de novos cursos criados. O tênue limite

hoje colocado entre educação e mercadoria e as implicações dessa conturbada relação no âmbito da formação.

Lúcia Martins Barbosa - A proposta foi de fundamental importância porque fortalece a formação do professor e eleva a sua qualificação, à medida que oferece uma opção aos cursos normais de nível médio. Além disso, essa idéia sempre foi defendida pelo eminente

educador brasileiro, professor Darcy Ribeiro, cujo compromisso com a educação de qualidade é inquestionável.

Uma das principais críticas aos Institutos é a formação aligeirada que se obtém ao final do curso. Por quê?

Rita - Por um lado, não se pode desconsiderar que vivemos uma época marcada pela velocidade e que, cada vez mais, os espaços de saber se expandem e extrapolam os muros escolares e acadêmicos. Isso põe em xeque a relação do conhecimento com o tempo necessário para a sua construção, dada à simultaneidade de informações com que nos deparamos a cada minuto. Uma alternativa para a formação de educadores que leve em conta as vicissitudes do saber na pós-modernidade poderia expressar-se na busca constante de interfaces entre os saberes acadêmicos e os demais campos de saber, hoje difundidos principalmente pela cultura audiovisual. Entretanto, não me parece ser essa a reflexão que orienta o tão denunciado *aligeiramento* dos cursos normais superiores. Longe de visar à diversidade de saberes da chamada época pós-moderna, o que se percebe é uma cisão entre conhecimento e técnica, entre reflexão e prática e, em consequência disto, uma supervalorização e mesmo uma naturalização da técnica e da prática.

Lúcia - Esta afirmação não está correta. Há um equívoco por parte dos educadores que comungam dessa idéia. Na realidade, a legislação diz que o tempo mínimo para a forma-

ção docente de todos os cursos superiores de graduação para atuação na educação básica é idêntico ao do curso normal superior, ou seja, de três anos. A carga horária é a mesma e a matriz curricular também. Além disso, a lei manda que os cursos tenham um percentual de professores com especialização, mestrado e doutorado, o que é uma garantia de qualidade.

Médicos, engenheiros e professores se formam na universidade. Por que limitar a formação de professores de séries iniciais aos institutos?

Rita - Na busca dessa e de outras questões relacionadas ao tema, um grande equívoco tem sido a compreensão de que a formação do professor deve pautar-se no conjunto de saberes a serem ensinados aos seus alunos. Quantos cursos (normais e mesmo superiores) têm condenado seus estudantes/professorandos a lidar com o conhecimento, alienando-os da sua própria história e reduzindo-os à fictícia condição do que seriam seus futuros alunos? Que conseqüências epistemológicas e políticas se pode extrair de um curso de formação de professores que se oriente sob esta perspectiva? A luta histórica das universidades públicas para a construção de uma filosofia de formação pautada na tríade ensino-pesquisa-extensão é, a meu ver, o ponto principal a destacar frente à querela criada acerca dos espaços de formação. É na história dessa luta que recuperamos a sensação de entender que a formação do educador (assim como dos outros profissionais) não se esgota no exercício *stricto sensu* da sua profissão, mas implica na problematização de sua postura frente ao mundo, frente aos outros, frente ao conhecimento.

Lúcia - De acordo com o artigo 62 da LDB, a formação de docentes para atuar na educação básica se dará em nível supe-

rior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores. Por conta disso, o curso normal superior não se limita apenas aos Institutos Superiores de Educação. Podem, também, ser oferecidos pelas universidades que não são obrigadas a criar esses institutos, ficando a critério de cada instituição.

O fato de os institutos se localizarem fora do ambiente universitário interfere na formação do professor? Por quê?

Rita - Essa pergunta põe em debate o que vem a ser um ambiente universitário e a riqueza que este representa na formação. É fundamental destacar, no chamado *ambiente universitário*, a relação ensino-pesquisa-extensão e a abertura e a peculiaridade com que a universidade lida com a diversidade ▶



Professora Lúcia Martins Barbosa

de saberes, opiniões, ideologias etc. É certo que essa abertura deve ser vista como uma conquista e não como um dado natural. Deve ser entendida também como explicitação de um projeto político e pedagógico. Pensar sobre a importância disto ou das conseqüências da sua ausência para a formação dos educadores implica colocar novamente em questão o sentido da própria educação. Educar, para quê? É preciso pontuar que a concepção de *ambiente universitário* está relacionada à qualidade dos tipos de relações sociais, culturais e políticas que caracterizam o cotidiano da universidade. Não é, portanto, a uma condição que seja inerente ao seu aspecto físico.

Lúcia - Acredito que não, desde que os professores possuam a titulação necessária e o projeto pedagógico seja bem elaborado e de acordo com os novos paradigmas educacionais.

A criação dos institutos não seria uma forma de desvalorizar os cursos de Pedagogia, que, para muitos especialistas, estão precisando ser repensados?

Rita - A afirmação de que os cursos de Pedagogia precisam ser repensados, longe de desqualificá-los, recoloca-os frente a questões que lhes são constituintes. É inconcebível que um curso de formação não assuma a sua própria avaliação como elemento fundamental. Do mesmo modo é inconcebível pensar essa avaliação desconsiderando a autonomia universitária. Há que ponderar, entretanto, sob que perspectiva e em torno de que critérios os cursos de Pedagogia devem ser repensados. A crítica feita aos cursos de Pedagogia, que vem acompanhando as justificativas da criação dos Cursos Normais Superiores, em nada converge para a construção de políticas educacionais, que venham a contribuir para a melhoria daquilo que é apontado como insuficiente na formação atual. Ao contrário, tem reconhecido na universidade a capacidade de formar especialistas em educação, ao mesmo tempo em que a desmerece como formadora de professores para os anos iniciais. Curiosamente, no interior da universidade um dos grandes debates enfrentados, hoje, é que a formação do especialista em educação não pode ser pensada fora da docência.

Lúcia - Não. A idéia de oferecer a formação das séries iniciais nos cursos de Pedagogia é quase uma distorção. Os cursos têm que retomar o seu lugar devido. Desde sua criação, eles ofereciam formação de supervisores, administradores escolares e não formavam professores de 1ª a 4ª séries e nem de Educação Infantil. Hoje o mercado de trabalho está se ampliando, o pedagogo pode exercer suas funções no contexto escolar, na organização de sistemas educacionais, na elaboração

de projetos, na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico e também no setor de recursos humanos das empresas, atuando no desenvolvimento de pessoas e de processos, como é o caso da pedagogia empresarial. Esses cursos devem acompanhar essas mudanças.

A LDB determina que até 2007 todos os professores terão que ter curso superior. A criação dos institutos não viabilizaria, por exemplo, a formação de um professor que mora em local onde não há universidade?

Rita - Considero muito frágil a justificativa de criação dos institutos em função da distância de alguns locais em relação às universidades existentes. A justificativa poderia ser a mesma para pensar a criação de uma universidade, de uma faculdade ou de um campus avançado e do mesmo modo serve para refletir sobre o porquê dessa ausência de formação em certos lugares. Uma discussão que caberia é pensar se a formação do educador é um direito, um dever ou uma obrigatoriedade legal. É no bojo dessa questão que a criação dos Institutos Superiores de Educação deve ser pensada. A importância da formação dos educadores precisa ser colocada em debate não apenas como uma exigência legal. É preciso configurar-se, efetivamente, em uma política pública de formação.

Lúcia - Acredito que sim. Há soluções alternativas como o ensino a distância, a educação semi-presencial, a utilização de mídias integradas que devem favorecer a formação superior. Além disso, várias escolas de formação de professores podem ser transformadas em Institutos Superiores de Educação porque possuem condições objetivas para tal, entre elas, professores com titulação. ■



Professora Rita Ribes

Trabalho de Mestres

Matemática não é mais *bicho-de-sete-cabeças*. Pelo menos para os alunos do Programa de Educação Juvenil II (PEJ), da Secretaria Municipal de Educação (SME) do Rio de Janeiro. Ao perceberem que as questões de Geometria, Álgebra e Aritmética fazem parte de seu dia-a-dia, na feira, no supermercado, na hora de reformar a casa ou de fazer as contas do fim do mês, os estudantes descobriram que o estudo da disciplina poderá ser bem mais fácil.

A razão é simples: desde o início do ano, os alunos estão usando uma nova apostila de Matemática feita por 13 professores da rede, todos do PEJ. O material levou nove meses para ficar pronto e tem uma característica fundamental: estabelece relação entre o conteúdo abordado e a realidade.

A antiga apostila, segundo o coordenador do trabalho, professor Walter Tadeu Nogueira da Silveira, do Ciep Patrice Lumumba, Zona Norte do Rio, trazia poucas informações e os exercícios não tinham relação com a vida prática dos alunos: “Em estatística, por exemplo, o documento apresentava uma simples definição do tema e vários problemas para serem resolvidos. Não havia preocupação em contextualizar os conteúdos e mostrar de que forma eles poderiam ser aproveitados no dia-a-dia dos estudantes”.

Por conta disso, muitos professores de Matemática do PEJ acabavam criando suas próprias apostilas. Foi o caso do professor Walter: “Minhas aulas e os exercícios que passava para os estudantes eram baseados em matérias de jornais ou em histórias viven-

ciadas pela turma. Juntei todas essas informações e, no final do ano, montei uma apostila que, mais tarde, serviu de base para toda a reformulação do material da SME”.

Processo - O trabalho de elaboração do novo material começou no início de 2001, com um grupo de professores, que se reunia a cada 15 dias. Todos os encontros eram acompanhados pela equipe do PEJ/SME.

Para os que participaram do grupo, a construção do documento foi um verdadeiro exercício de cidadania. Eram muitas opiniões e o respeito pelo outro, segundo o professor Walter, foi fundamental para concluir o trabalho: “Apesar das divergências tínhamos um objetivo em comum. Queríamos elaborar um material conciso, completo e de fácil entendimento para o aluno. Isso facilitou o trabalho”.

Apostilas - O trabalho deu origem a seis cadernos, de 51 páginas cada. Três apostilas contendo os conteúdos referentes a 5ª e 6ª séries, como operações, sistemas de numeração, frações e números inteiros. As outras foram dirigidas a 7ª e 8ª séries, trazendo equações do 2º grau e noções de estatística. As apostilas ficaram prontas em dezembro do ano passado e começaram a chegar às escolas no início deste ano.

De acordo com a coordenadora do PEJ, Flora Prata Machado, as apostilas de todas as disciplinas do programa serão reformuladas. A de Ciências ficará pronta até o final deste ano. Os materiais de História, Geografia, Francês, Espanhol e Inglês começarão a ser analisados a partir deste segundo semestre. Já a revisão do caderno de Língua Portuguesa ficará para o próximo ano. ■

Implantado em 1985 pela Secretaria Municipal de Educação (SME), o Programa de Educação Juvenil atende, hoje, a cerca de 15 mil alunos que não conseguiram concluir o Ensino Fundamental na idade apropriada. O programa é dividido em dois módulos: PEJ I (de 1ª a 4ª série) e PEJ II (de 5ª a 8ª série). As aulas acontecem diariamente, das 18 às 22 horas. Atualmente, 56 escolas municipais do Rio oferecem o programa.

Professor Walter Tadeu coordenou o trabalho de reformulação das apostilas de Matemática



Reprodução



Ao analisar os desenhos animados veiculados, durante uma semana, por seis emissoras de TV aberta no Brasil, a Organização das Nações Unidas (ONU) constatou, em 1998, que, a cada 60 minutos, 20 crimes eram exibidos e a maioria apresentava situações de lesão corporal e homicídio. Em apenas uma semana, a telinha exibiu imagens de 1.432 atos de violência. Isso sem contar as situações de preconceitos raciais e sexuais.

No mesmo ano, o Ministério da Justiça ouviu duas mil famílias sobre a qualidade da programação da TV. De cada 100 pais, 80 acreditavam que a televisão exercia forte influência na formação dos seus filhos, sendo que para 41% deles esta influência era negativa.

Mas será que essa influência precisa ser sempre negativa? O que dizer dos desenhos animados,

programas que encabeçam a lista de preferência dos pequenos telespectadores? O Laboratório de Pesquisa sobre Infância, Imaginário e Comunicação, ligado à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), realizou o estudo *Desenho Animado na TV: Mitos, Símbolos e Metáforas* e concluiu que os *cartoons* podem ser eficiente instrumento pedagógico para transmitir valores éticos e morais. E mais: que os desenhos deveriam ser incorporados ao dia-a-dia da sala de aula para promover discussões e reflexões entre os alunos.

Os desenhos animados agradam, divertem e exercem, inegavelmente, influência na vida e no comportamento de crianças e jovens, que assistem por horas a fio à programação de TV. A equipe da revista *Nós da Escola* foi conferir o que educadores, professores, psicólogos e alunos pensam sobre este assunto.

Muito mais do que uma simples diversão





“Existe história mais violenta do que a de um casal que abandona os filhos, João e Maria, na floresta para morrer de fome até serem presos por uma bruxa que os quer comer fritos? E a Branca de Neve e a feitiçeira? E a Cinderela abandonada às cinzas, Rapunzel presa na torre ou a Bela Adormecida dormindo por anos a fio à espera de um príncipe encantado? E a história de um lobo mau que come as crianças com disfarces de vovozinha? As crianças não se cansam de ouvir essas histórias. Curiosamente os contos de fadas e anjinhos amorosos, lindos como um jardim florido com pássaros, nunca prenderam a atenção de ninguém. Creio que a influência dos desenhos animados depende, de um lado, do meio familiar, escolar e da comunidade em que vive a criança. De outro lado, da saúde psicológica de cada um. Crianças e adolescentes saudáveis podem ter benefícios psicológicos de filmes, desenhos e jogos com trama violenta ou de sexo, desde que tenham um ambiente e uma comunidade também saudáveis.

Uma coisa é certa: a exposição excessiva às cenas de sexo, violência e morte trazem uma inevitável banalização do amor e da vida, tanto no adulto quanto nas crianças, uma banalização que nos defende do sofrimento e do medo, mas também nos dessensibiliza.”

José Inácio Parente

Psicanalista e Produtor Cultural



“Na verdade, quando discutimos se os desenhos animados influenciam o comportamento das crianças estamos discutindo se a TV influencia o comportamento das mesmas. Acredito que sim. Afinal, segundo as últimas pesquisas, as crianças assistem à televisão, em média, de três a quatro horas por dia. Esse tempo de exposição acaba de certa forma influenciando. Agora, o grau de influência é difícil de aferir. Isso dependerá da educação e do meio em que vive. Não podemos esquecer que a TV pode ser usada tanto para o bem quanto para o mal. Acho que a escola pode, sim, trabalhar com os alunos a linguagem da animação, que é muito rica e contribui para a formação cultural audiovisual dos indivíduos. Saber como são feitos os desenhos, como são criados os personagens e construídas as fantasias são formas de mostrar aos estudantes que o desenho animado é uma linguagem cheia de ação, criatividade e fantasia.”

Beth Carmona

Presidente do Centro Brasileiro de Mídia para Crianças e Adolescentes (CBMCA) e diretora de Programação e Marketing da Discovery Network Brasil

“A criança não é boba. Ela sabe exatamente que os desenhos são uma cópia da realidade. E de forma nenhuma os *cartoons* chegam a influenciar negativamente o seu comportamento, salvo raras exceções. Fiz um estudo e concluí que as crianças gostam de desenho animado, pois, por meio dele, elas desafiam as regras que o adulto lhe impõe no seu dia-a-dia e substituem o tempo métrico, que é real, pelo tempo psicológico que lhe permite libertar-se da gravidade, ficar invisível, e, assim, comandar o universo por conta própria. Os desenhos animados refazem mitos, símbolos e metáforas que atingem a subjetividade das crianças, auxiliando-as a solucionar seus conflitos internos por meio de narrativas que tratam do nascimento, da vida, da morte, do mocinho e do bandido.”

Elza Pacheco

Professora universitária e coordenadora do Laboratório de Pesquisa sobre Infância, Imaginário e Comunicação (Lapic), da USP



“A influência é total. As crianças de hoje não têm muita opção de lazer. A TV é a diversão que está ao alcance de todos e é a mais barata. Com certeza, os desenhos, principalmente os violentos, acabam incentivando ações violentas nas crianças. Acho que se os pais assistissem aos desenhos com os filhos e mostrassem o certo e o errado, talvez, essa influência negativa fosse amenizada. Como professora, constato isso no dia-a-dia.”

Tânia Antunes

Professora da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. Pós-graduada em Informática Educativa

“Fico surpreso com os desenhos animados de hoje em dia. São cheios de violência, crimes e preconceitos, bem diferentes dos que eu via na minha infância. Acho que influenciam negativamente, sim, à medida que as crianças não recebem uma educação para olhar criticamente esses desenhos. Vivemos numa sociedade marcada pela violência, inclusive, nos *cartoons*. Acho que se os adultos não discutirem isso com as crianças, elas acharão que os atos violentos são normais e que podem ser praticados sempre para alcançar seus objetivos.”

Tiago Sales

Aluno da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro



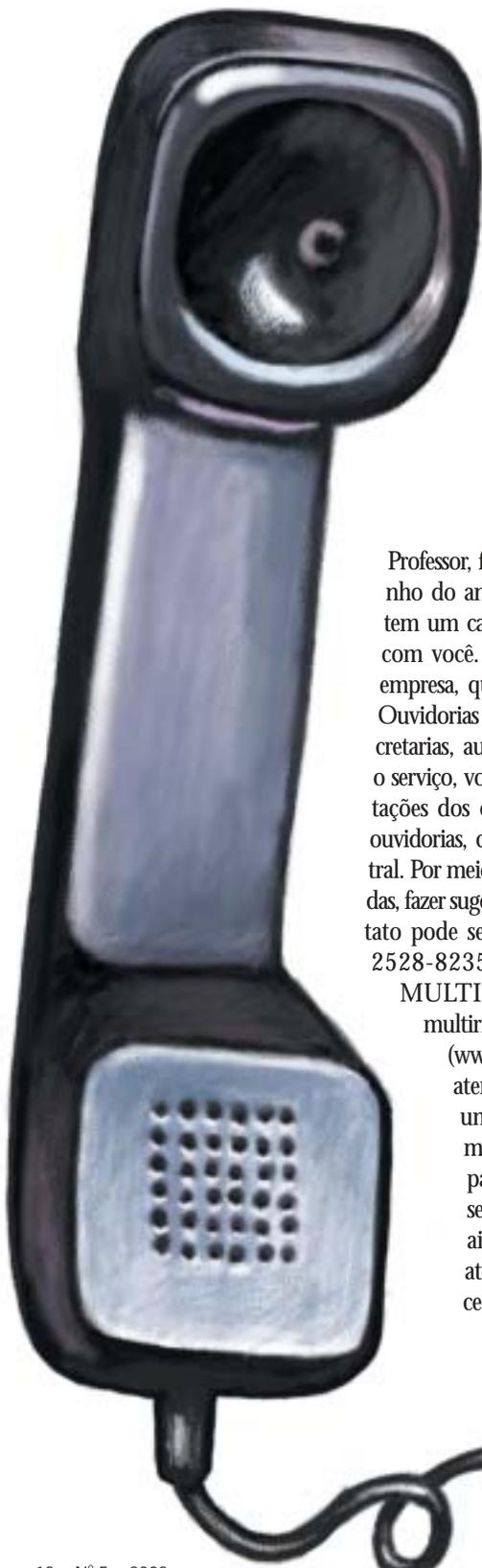
“Diante das séries de desenhos animados, seria ingenuidade não admitir os aspectos ideológicos e colonizadores destas séries. Elas não são inteiramente inocentes. Do ponto de vista da propaganda etnocultural, nada se equipara ao *anime*, cinema de animação japonês, com sua parafernália de bonecos e jogos eletrônicos, encobertos por conceitos superficiais de amizade, heroísmo ativista e frases espiritualistas. Com certeza representa um nível poucas vezes alcançado entre o imaginário diabólico e o altruísmo messiânico. Trata-se de um conto de fadas pervertido, glamourizado pela tecnologia. Só mesmo muita ingenuidade para não perceber a face dura e liberal de uma nova forma de ditadura: a cultural. As festas de *Halloween* e suas abóboras desdentadas, por exemplo, não ficaram populares no Brasil, entre as crianças de classe média, apenas pela presença dos cursos de inglês. Na realidade, a sua difusão popular ocorreu, principalmente, em virtude das séries de desenhos animados americanos na televisão brasileira.”

Rui de Oliveira

Ilustrador e animador de cinema

Você sabe como pode conseguir uma cópia daquele programa de TV da MULTIRIO que foi ao ar ontem? Quer sugerir uma pauta para a próxima edição da revista Nós da Escola, mas não sabe qual é o procedimento a ser tomado? Gostaria de divulgar o trabalho dos seus alunos?

Um canal de com a serviço



Professor, fique sabendo que desde junho do ano passado, a MULTIRIO tem um canal de comunicação direto com você. Trata-se da ouvidoria da empresa, que faz parte do Sistema de Ouvidorias da Prefeitura. Todas as secretarias, autarquias e instituições têm o serviço, voltado para atender às solicitações dos cidadãos. Ao todo são 55 ouvidorias, coordenadas por uma central. Por meio delas, é possível tirar dúvidas, fazer sugestões e reclamações. O contato pode ser feito pelo telefone (21-2528-8235) ou pela página da MULTIRIO na internet (www.multirio.rj.gov.br) ou da Prefeitura (www.rio.rj.gov.br). Na hora do atendimento, a pessoa recebe um número de protocolo, por meio do qual poderá acompanhar todo o processo do seu pedido. A empresa conta ainda com uma central de atendimento, para melhor receber as solicitações.

Com uma equipe formada pela jornalista Élide Vaz, ouvidora, e por Júlio Muniz, responsável pela central de atendimento, a ouvidoria realiza, mensalmente, cerca de 80 atendimentos. “São sugestões, reivindicações e elogios”, conta Élide, que também é a assessora de Comunicação da empresa.

Os professores das escolas do município, segundo ela, são os que mais procuram o serviço: “A idéia de elaborar um informativo semanal destinado às escolas, por e-mail, destacando os nossos principais produtos, por exemplo, nasceu de sugestões deles, o que ajudou ainda mais o trabalho de divulgação dos programas da MULTIRIO”.

Todas as solicitações são direcionadas aos núcleos da empresa. Júlio Muniz explica: “Procuramos dar um retorno o mais rápido possível. Quando os pedidos exigem uma reformulação nos procedimentos ou requerem nova rotina eles são repassados para a ouvidoria”.



O mesmo trabalho da ouvidora Élida e do assistente Júlio é realizado pelos alunos da ouvidoria mirim da Escola Municipal Édison Carneiro, Zona Oeste, Rio de Janeiro (RJ)



unicação de todos

Pesquisa - No mês de agosto, a equipe da ouvidoria pretende estreitar o contato com os professores da Rede Municipal de Ensino. Está prevista a realização de uma pesquisa para avaliar as ações da MULTIRIO junto às escolas. O objetivo é saber, por exemplo, quantas escolas têm o sinal da NET, se todos os professores estão recebendo a revista *Nós da Escola*, e se o horário de exibição dos programas atende às expectativas da comunidade escolar. O trabalho será feito em conjunto com a Assessoria de Integração da MULTIRIO, que percorre as Coordenadorias Regionais de Educação para divulgar os produtos da casa.

Para o segundo semestre, a ouvidoria também tem como meta oficializar o projeto de visitas guiadas à empresa. Outra ação que está sendo desenvolvida é a realização de reuniões mensais com os ouvidores da Secretaria Municipal de Educação e das 10 CREs. Na pauta, novas formas de atender melhor o cidadão. ■

Ouvidoria mirim é sucesso em escola da rede

Se você acha que ouvidoria é coisa de gente grande, está muito enganado. Há pouco mais de um ano, quatro alunos da Escola Municipal Édison Carneiro, Zona Oeste do Rio de Janeiro (RJ) resolveram criar a primeira ouvidoria mirim da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro.

"A idéia é registrar todas as solicitações dos alunos e encontrar soluções com o apoio da direção da escola", conta Marlon dos Santos, 11 anos, um dos ouvidores mirins. Entre as solicitações, mais limpeza na escola, consertos de carteiras e de ventiladores.

Lá, organização é o que não falta. A equipe da ouvidoria mirim se reveza no atendimento, que funciona nos turnos da manhã e da tarde. O projeto ainda conta com o apoio da aluna Dayane Silva, 12 anos, que colabora como secretária: "O trabalho é gratificante. Anoto todas as reclamações e sugestões dos alunos e encaminho aos ouvidores". Os alunos ainda podem deixar suas opiniões em formulários que ficam espalhados pelo prédio da escola.

Para a diretora da escola, Vera Luiza Leão, a ouvidoria é uma forma criativa de os alunos exercerem a cidadania: "Eles se reúnem, discutem e trocam idéias com a direção da escola e com o grêmio do colégio. É um ótimo exercício de representatividade e de trabalho coletivo. O resultado vem dando certo".



Olho por olho, dente por dente. Era o que defendia o Código de Hamurabi, que regia o dia-a-dia do império babilônico, por volta de 1800 a.C. Quase quatro mil anos depois, as sociedades contemporâneas ainda se baseiam em códigos para garantir a ordem entre os seus cidadãos.

No Brasil, o primeiro código civil entrou em vigor em 1917. Seus artigos deixavam claro que o país estava num processo de transformação de uma sociedade exclusivamente rural para uma industrial e que exigia, portanto, novas regras de relações sociais, econômicas e comerciais.

O novo Código Civil brasileiro

Oitenta anos depois, o Congresso Nacional aprova um novo código civil, que entrará em vigor em janeiro do próximo ano. Segundo seus autores, trata-se de verdadeira revolução em relação ao antigo documento. Com o novo projeto, entre outros pontos, a maioria cai de 21 para 18 anos, o que permite aos jovens casar e constituir empresas. Desaparece a possibilidade de o homem anular o casamento caso descubra que sua esposa não é mais virgem. E o homem e a mulher têm os mesmos direitos perante a lei.

Ratificação - Grandes mudanças face ao antigo documento, mas que na opinião do professor de Direito, Gustavo Tepedino, procurador do Ministério Público e ex-diretor do departamento de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), não modificarão o cotidiano das pessoas: “De fato, não se trata de um novo código. Muitas das alterações que o texto apresenta já foram atendidas na Constituição de 1988, assim como no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código de Defesa do Consumidor”.

Para ele, o código está apenas ratificando assuntos que já foram contemplados em outras esferas: “O documento, por exemplo, diz que no caso da separação, o juiz deve levar em consideração a vontade da criança. Pelo texto antigo, a mãe tinha a guarda da criança. A nova redação vem apenas revalidar um procedimento que já estava contemplado no Estatuto da Criança e do Adolescente, criado há mais de 10 anos”.

Segundo Tepedino, o novo código já nasce velho: “Ele foi idealizado por uma comissão de juristas constituída há mais de 30 anos. Aprovaram um código de 1972 idealizado, pensado e redigido anteriormente à Constituição de 1988”.

O primeiro código civil brasileiro foi encomendado ao professor Clóvis Bevilacqua, da Faculdade de Direito do Recife. Foi entregue ao Congresso Nacional em 1896. Ao chegar ao Senado, depois de ter sido aprovado pela Câmara, o documento foi objeto de parecer do então senador Rui Barbosa, que fez críticas à gramática, ao uso das palavras, dos tempos verbais e dos adjetivos. Por conta de discussões em torno da Língua Portuguesa o projeto ficou 16 anos parado no Senado. Foi aprovado em 1916 e entrou em vigor somente no ano seguinte.

MULTA

O condômino que criar problemas de convivência com outros moradores pode ser multado em até dez vezes o valor do condomínio.

REGIME DE BENS

Durante o casamento, o regime de bens pode ser modificado.

IGUALDADE

Homem e mulher são iguais perante a lei. A palavra “homem” é substituída por outra, politicamente correta: pessoa.

HERANÇA

Pais, filhos e cônjuges passam a dividir em partes iguais a herança.

CASAMENTO

O casamento religioso passa a ter os mesmos efeitos legais do casamento civil.

O professor Maurício Jorge Mota, diretor do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino de Direito, lembra ainda que o documento ficou a maior parte desse tempo engavetado. “Não houve um debate com a sociedade sobre esse novo texto. Os parlamentares pegaram o projeto de 1972, fizeram algumas modificações e aprovaram”.

Avanço - Em avaliação criteriosa, Maurício afirma que o novo código é um avanço à medida que obriga a família a se responsabilizar pela educação dos seus filhos. Caso a família não esteja cumprindo com o seu papel, o código abre a possibilidade de a criança ou de qualquer outro cidadão exigir, junto ao Ministério Público, o cumprimento da lei.

Um exemplo: “Na casa, vivem dois irmãos. Para um filho, o pai oferece o que há de melhor em educação e, para o outro, o mínimo possível. Em outra família, o filho estuda regularmente na escola, mas é submetido a um trabalho infantil. Em ambos os casos, há um abuso do direito da família. Com o novo código será possível denunciar essas situações em que a atuação ou a omissão da família leva a um prejuízo educacional das crianças”.

O documento provocará alterações no convívio social. Aquele vizinho que vive arrumando confusão no prédio pode receber uma multa e ser expulso pelos condôminos. Outra medida prevê que qualquer indivíduo pode pedir anulação de qualquer tipo de contrato caso se sinta explorado. “Se alguém se utilizar da inexperiência de outra pessoa ou de determinada situação para obter um lucro excessivo, o negócio pode ser anulado. Uma pessoa cardíaca, prestes a ter um infarto, precisa tomar um remédio com urgência. O farmacêutico se aproveita da circunstância para vender o medicamento com 200% de aumento”, exemplifica Maurício.

Temas esquecidos - O documento também revogou artigos que já tinham caído em desuso, como aquele que permitia ao marido anular o casamento caso descobrisse, após as núpcias, que a mulher com quem se casara não era mais virgem e o que impedia o cônjuge adúltero de constituir uma nova família.

Tanto Tepedino quanto Maurício acham que o código poderia ter avançado mais. “O novo texto, por exemplo, não reconhece, entre outros pontos, as famílias monoparentais, aquelas dirigidas somente pelo homem ou pela mulher. Eis uma grave omissão do documento, já que, segundo o IBGE, trata-se de quase 38 milhões de pessoas vivendo nessa situação”, lembra Tepedino.

Além disso, na avaliação do professor Maurício, grandes temas da atualidade também ficaram de fora. “O código não fala nada sobre a distribuição das riquezas, ignora a questão do direito à moradia e das novas relações de trabalho”. “No entanto”, acrescenta Tepedino, “acredito na capacidade dos juízes e dos advogados que saberão interpretar o novo documento de maneira a torná-lo mais compatível com a nossa realidade constitucional”. ■

PENSÃO
Agora, em caso de separação, o homem também pode exigir pensão alimentícia à mulher.

EMANCIPAÇÃO
Reduz para 16 anos e pode ser concedida pelo pai ou pela mãe.

GUARDA DOS FILHOS
Numa separação, os filhos ficam com quem tiver melhores condições de criá-los.

O Código de Hamurabi foi a primeira sistematização jurídica da História. Tinha este nome por causa de Hamurabi, soberano babilônico, que se dizia um chefe designado pelos deuses e para quem o deus sol Shamash entregara o documento que regulava problemas sociais, hierarquia de classes e respeito aos deuses.

O PRIMEIRO CÓDIGO DA HISTÓRIA

Embora o documento tenha se firmado ao longo dos séculos, foi somente com a Revolução Francesa, em 1789, que surgiu a idéia de se criar o chamado código civil, no qual deveriam estar registrados os direitos e deveres dos indivíduos. O primeiro passo foi dado pelos próprios franceses que aprovaram, naquele mesmo ano, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, prevendo o princípio da igualdade dos homens perante a lei e o reconhecimento dos direitos fundamentais. A partir daí surgiram o Código Napoleão (1804) e o alemão Bürgerlich Gesetzbuch (1896), que viriam a influenciar a sistematização das leis civis em todo o Ocidente.

A elaboração do código civil napoleônico foi iniciada em 1800 e sua promulgação ocorreu em 1804. O documento consolidava as idéias da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e defendia a liberdade individual, a liberdade de trabalho, a liberdade de consciência e a igualdade dos cidadãos perante a lei. Embora tenha significado avanço para a época, o documento dava pouca importância ao trabalho assalariado, subordinava a mulher ao homem; e, sob a alegação de que era imprescindível para explorar as colônias, aprovava a escravidão.

FILHOS ADOTIVOS

Passam a ter os mesmos direitos dos filhos legítimos, inclusive - o que não era permitido - a herança.



Até 2004 todas as creches estarão sob a tutela da Secretaria Municipal de Educação (SME), atribuindo nova dimensão à Educação Infantil - o segmento que responde pelos primeiros anos de formação das crianças e que, para as famílias, representa apoio fundamental no dia-a-dia. Hoje não se fala mais *jardim de*

infância. Mas temos uma política de Educação Infantil, expressa plenamente nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Essa fase do ensino, no entanto, ainda desafia os professores. Um dos desafios é a sua própria formação. Sendo direito da criança e dever do Estado, a Educação Infantil acabou incorporada como etapa inicial da Educação Básica, o que deu novo *status* ao professor, deixando para trás os anos de pouco reconhecimento. Agora, resta investir na sua formação.

Em defesa dos direitos das crianças

No dia 4 de novembro de 1909, o jornal *O Paiz* publicava a seguinte manchete: *Efectuou-se hontem, às 2 horas da tarde, a inauguração do jardim de infância, construído pela prefeitura no (...) parque da praça da República (...)*. A matéria contava em detalhes a inauguração do Jardim de Infância Campos Salles, que teve, inclusive, a presença do então presidente da República Nilo Peçanha. Localizada na Praça da República, Centro do Rio, a escola foi o primeiro jardim de infância público da cidade. Sua história, pode-se dizer, confunde-se um pouco com o início da própria história da Educação Infantil do Brasil.

Vera Lucas, coordenadora do Departamento de Educação Infantil da SME, reconhece o avanço: “O professor se sente valorizado quando percebe que seu espaço de trabalho é garantido por lei e se dá conta de que pela lei, para atuar no jardim de infância, é necessário qualificação”. A demanda pela formação de professores para Educação Infantil, portanto, tende a crescer e a meta é que esse segmento venha a ter o mesmo prestígio do passado.

História - Criadas em 1909, com a inauguração da Escola Municipal Campos Salles, as unidades destinadas aos alunos menores de 8 anos, recebiam a maior fatia das verbas oficiais. Vera Vasconcelos, professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), estudiosa do período, explica: “O jardim de infância era o espaço mais importante da escola. Os professores trabalhavam com entusiasmo. Basta dizer que, enquanto uma escola primária podia não ter papel, na educação infantil se trabalhava até com papel de seda”.

Na sua origem, essas escolas atendiam às crianças das classes mais abastadas. Assim eram as três escolas do Rio, nas duas primeiras décadas do século XX - Campos Salles (1909), Marechal Hermes (1910) e Bárbara Ottoni (1922). Seus programas pedagógicos eram inspirados nas idéias do educador alemão Friedrich Frobel. Para ele, os jardins de infância eram espaços onde os alunos deveriam ficar livres para aprender sobre o mundo.

Na Campos Salles, por exemplo, as crianças tinham uma agenda lotada, recheada de brincadeiras. O ensino era dividido em três períodos, conforme notícia publicada no jornal *O Paiz*, em 4 de novembro de 1909:

Primeiro período: conversações infantis; noções de forma e cores, fazendo aplicação de caixas, bolas, bandeiras etc.; noções de linhas; noções de números, por meio de bolinhas e pãozinhos; jogos recreativos, diversos exercícios com arcos, modelagem por imitação e invenção, jardinagem (...).

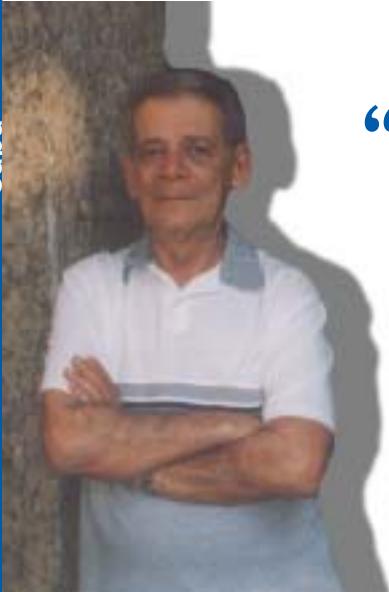
Para que essa escola mantivesse esse padrão de qualidade, a formação dos professores se dava no Instituto de Educação e não se prendia apenas aos ensinamentos da psicologia e da pedagogia, mas ampliava os horizontes, pelo caminho das artes plásticas e da música. Isso fica claro na notícia do dia anterior do mesmo jornal (...) *pelo contrato (...) as professoras (da Campos Salles) deverão conhecer música e tocar piano ou*

órgão. Essa formação durou até meados da década de 1960.

Do início da década de 1940 até o início dos anos 60, modificações no contexto socioeconômico do país - crescimento do setor industrial, ampliação da classe média, urbanização e surgimento do proletariado proveniente da zona rural - fizeram surgir algumas iniciativas educacionais de caráter assistencial. É criada, em 1942, no Rio, a primeira Casa da Criança para atender à população carente da cidade. O objetivo dessas instituições era *evitar a marginalização dessas crianças*

Valorização - Em 1961 é aprovado novo texto para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Seu artigo 23 determina, então, que os jardins de infância façam parte do sistema de ensino, o que representou uma conquista para aqueles que lutavam pela qualidade da Educação Infantil: *A educação pré-primária destina-se aos menores de 7 anos e será ministrada em escolas maternas ou jar- ▶*





“Tinha apenas 4 anos quando entrei para a Campos Salles. Estudei entre 1936 e 1937. Tenho poucas lembranças, mas o que permaneceu dessa época é a memória das cotias no parque, dos desenhos que fazíamos, das primeiras letras que aprendi pintando e das muitas brincadeiras”

Marcílio Carvalho Lucas, 70 anos



“Era muito gostosa aquela época. Lembro que as professoras contavam histórias e cantavam para os alunos, que brincavam livres no parquinho”

Maria José dos Santos,
96 anos, mãe de Marcílio

dins de infância, diz o texto da lei. Mas o mais importante foi introduzir o conceito de espaço de educação, trazendo a pedagogia para a Educação Infantil, como esclarece a professora Vera Vasconcelos.

Dos anos 70 e até meados dos anos 80 observou-se grande investimento na ampliação da rede pública. A professora Vera acrescenta: “Foi a partir

desta época que houve a criação de creches comunitárias nas áreas de baixa renda da cidade”.

A Constituição de 1988, coroando as lutas pela democratização da escola pública, reconheceu o direito da criança à Educação Infantil. Aí começava a idéia de criança cidadã, reforçada, mais tarde, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que estabelece a Educação Infantil como etapa inicial da educação básica.

Quatro anos depois da LDB foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação as Diretrizes para Educação Infantil, que estabelecem os cri-

térios da organização curricular para o segmento. O documento é encarado por vários educadores como uma vitória. A razão, quem explica, é a educadora Vera Vasconcelos: “A lei traz a idéia de uma criança em formação e que pensa o seu lugar no mundo. Isso exige do professor algo muito importante: que ele esteja sempre revendo e redirecionando sua prática”.

Da roda às creches comunitárias

A falta de condições financeiras, o movimento feminista e a própria concepção de criança foram os principais fatores que contribuíram para o surgimento, crescimento e constituição, no Brasil, do que hoje chamamos de creches.

A história começa em 1738 com a Roda dos Expostos, local onde bebês eram deixados anonimamente, sendo amparados por entidades filantrópicas. Criado pela Fundação Romão Duarte, no Rio de Janeiro, o sistema tinha a função de receber crianças

abandonadas por famílias que não tinham condições para criá-las.

Em estudo sobre o papel deste tipo de instituições, publicado no livro *O passado heróico da Casa dos Expostos*, de 1959, o historiador Ubaldo Soares afirma que o objetivo das *rodas* era cuidar e garantir a sobrevivência das crianças abandonadas. O livro conta também que as escravas utilizavam bastante, já que, a partir de 1775, os filhos deixados nas *rodas* eram considerados livres.

Creches - Com o início do século XIX e o processo de urbanização, várias fábricas surgem no país. É neste período que começam a ser criadas as primeiras creches, agora com a finalidade de atender aos filhos dos operários. As instituições eram voltadas para crianças pobres, cujos pais pre-

cisavam trabalhar e não tinham com quem deixar os filhos. A implantação desses locais foi a forma encontrada pelos donos das indústrias para evitar as faltas no trabalho, o descontentamento entre os empregados e a deflagração de greves.

Ao mesmo tempo, ganharam força no país os estudos de Pediatria, que acabaram influenciando diretamente o trabalho nas creches. O papel desses espaços era estritamente médico assistencialista. Os bebês eram alimentados,

medicados e limpos. Não havia visão pedagógica. Só para se ter idéia, a direção das creches ficava a cargo de médicos.

Função educativa - Segundo o estudo *Creche: de lugar de abandono a espaço educativo*, da psicóloga educacional Cristina Morel, somente a partir da década de 1950 é que o debate sobre a função educativa desses espaços aparece. Teorias de educadores, como Jean Piaget e Célestin Freinet, sobre a importância do trabalho pedagógico desde os primeiros anos de vida da criança, ganham destaque e atenção de parte dos educadores.

Na década de 1970, a crescente presença da mulher no mercado de trabalho leva ao fortalecimento do movimento feminista no Brasil, que luta por mais espaços qualificados para atender às crianças. Para essas mulheres, a creche era vital para se dedicarem a tarefas fora do lar.

Neste contexto, inclusive, é criado o Movimento de Luta por Creches, que uniu feministas e trabalhadoras ligadas aos movimentos sociais. À medida que redefiniam o seu papel na sociedade, as mulheres passavam a exigir creches de qualidade e com objetivos educativos mais definidos. Na década de 1980, com a conseqüente abertura política, as reivindicações feministas acabam sendo incorporadas ao discurso de partidos políticos e à legislação.

Apoio oficial - No Rio de Janeiro é criada, em 1979, a Secretaria Municipal de De-

envolvimento Social (SMDS), cuja meta era formular propostas que visassem à melhoria da qualidade da infra-estrutura das comunidades carentes que, por conta própria, já administravam creches populares. Com isso, a criação, a oficialização e a manutenção desses locais, no Rio de Janeiro, passam a ter respaldo e apoio da Prefeitura do Rio.

Nas décadas de 1980 e 1990, a creche ganha novo impulso e incorpora novos objetivos educativos, finalmente substituindo a visão médico-assistencialista. A Constituição de 1988 estabelece a creche como instituição educativa, um direito da criança, uma opção da família, um dever do estado. De direito da mulher operária e reivindicação do movimento feminista, a creche passa, então, a ser vista como direito da criança.

Novo momento - Em 1996, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) reforça essa nova visão, quando determina que a Educação Infantil seja oferecida em duas etapas: 1 - creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; 2 - pré-escolas, para crianças de 4 a 6 anos de idade.

Em 2000 são aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Kenya Camerotte Soares, gerente do Programa Rio Creche, da SMDS, garante que a creche passa, então, a ser vista como mais uma etapa do processo educativo. Não mais como um depósito de crianças ou simples espaço assistencialista, mas como local de aprendizado, de constituição de conceitos e de valores. Estar sob os cuidados da SME, certamente fará diferença: “Embora a SMDS, ao longo de todos esses anos, tenha se preocupado com a questão pedagógica, a pasta da Educação tem novas propostas e ações”. ■



Jardim de Infância Marechal Hermes, Zona Norte, Rio de Janeiro (RJ)

Jardim de Infância Ana de Barros Câmara, Zona Norte, Rio de Janeiro (RJ)

A Educação Infantil em números

Educação Infantil

- 651 escolas oferecem o segmento, sendo 67 exclusivas
- aproximadamente 84 mil crianças estão matriculadas

Creches

- 470 creches
- cerca de 40 mil crianças são atendidas



A criança na Idade Mídia: desafios para a formação do educador

A revolução tecnológica nos coloca um desafio fundamental, ou seja, o de compreendermos que estamos diante do surgimento de uma outra cultura, que exige de nós uma adaptação nos modos de ver, de ler, de pensar e de aprender. Não se trata, portanto, de usar a tecnologia como modo de expandirmos as antigas formas de ensino-aprendizagem, ou termos a mídia na escola como meio para amenizar o tédio do ensino, mas trata-se de um modo radicalmente novo de inserção da educação nos complexos processos de comunicação da sociedade atual.

Reivindicar a presença da cultura audiovisual na escola não é descartar a cultura letrada, mas integrá-la, incentivando o diálogo profícuo entre variados modos de construção do saber que circulam entre nós. O livro, em vez de segregar ou de se fechar em si

mesmo, deve se integrar neste novo processo de constituição do saber, abrindo espaço para a realização das múltiplas escrituras. Portanto, a transformação nos modos como circula o saber é a questão fundamental na atualidade, exigindo das gerações precedentes o esforço para incorporar novos hábitos de produção de conhecimento que escapam dos lugares sagrados – o livro e a escola – que antes continham e legitimavam o saber.

A escola precisa enfrentar e questionar a profunda reorganização que vive o mundo das linguagens e das escritas, reformulando a obstinada identificação da leitura com o que se refere somente ao livro. Hoje é imprescindível levarmos em conta a pluralidade e heterogeneidade de textos, relatos e escrituras (orais, visuais, musicais, audiovisuais, telemáticos) que circulam entre nós. Esta atitude tem implicações políticas graves, à medida que a exclusão social na contemporaneidade passa, necessariamente, pelo acesso das populações marginalizadas aos novos modos de obter e gerar conhecimento. À medida que as crianças mais abastadas entram em contato com os aparatos tecnológicos no contexto da família, a escola se constitui, em nossa realidade social, especialmente para as crianças pobres, o espaço privilegiado de acesso às novas formas de conhecimento que a tecnologia prefigura.

A produção do conhecimento não dispensa a nossa capacidade de dialogar com os aparatos tecnológicos, incentivando as pessoas a construírem, com eles, novas possibilidades de usos, submetendo as máquinas ao nosso poder e desejo de inventar outros jogos ainda não revelados na prática. Trata-se, portanto, de criarmos, por meio da educação, modos de confronto com a experiência tecnológica, colocando tanto educadores como educandos na posição de se sentirem responsáveis por inventar outras estratégias de interação na produção de conhecimento. Isto significa dizer que a educação mediada pela tecnologia é um jogo, pois cada vez mais as máquinas se transformam em aparatos para recuperarmos a dimensão lúdica na produção do conhecimento, que é, de fato, também trabalho. A relação jogo e trabalho no contexto da tecnologia se transforma de modo radical.

A criança não teme a tecnologia porque para ela, desde o princípio, os aparelhos são máquinas de jogar, são brinquedos. No brincar a criança inventa o jogo, cria sempre novos lances e desafia a máquina experimentando com ousadia e curiosidade os resultados que desencadeia. Já o adulto não consegue a mesma descontração porque a máquina,

tomada como mediadora do trabalho sério, perde todo o encantamento e a magia que a criança é capaz de alcançar.

Cabe ao educador aprender esta postura com a criança e construir junto com ela, sem deixar de lado a sua experiência como adulto que vê o mundo de uma determinada maneira, modos mais criativos para enfrentarmos os desafios que a tecnologia nos impõe. O confronto entre gerações amplia o campo das experiências criadoras, pois o saber da criança, em contato com o conhecimento do adulto, configura um clima de autêntica liberdade nos modos de ser, agir e conhecer. Aprender a ver o mundo com outros olhares, resgatando sua condição de diversidade, é formar leitores de imagens que sabem dar um sentido estético e ético ao modo como produzimos conhecimento na contemporaneidade. Este é um dos maiores desafios para a educação nos dias atuais.

* Psicóloga, Doutora em Educação. Docente do Departamento de Psicologia da PUC-Rio e da Faculdade de Educação da Uerj. Assessora da MULTIRIO.

Obras consultadas

- FLUSSER, Vilém. *Ensaio sobre a fotografia. Para uma filosofia da técnica*. Lisboa: Relógio D'água, 1998.
- JOBIM E SOUZA, Solange. *Subjetividade em questão. A infância como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.
- JOBIM E SOUZA, Solange, FARA NETO, Miguel. A tirania da imagem na educação. *Presença Pedagógica*, Minas Gerais: Dimensão, n. 22, v. 4, jul./ago. 1998.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus, REY, Germán. *Os exercícios do ver. Hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo: Senac, 2001.



Layla Muinck tem 5 anos. É aluna do Jardim de Infância Marechal Hermes, em Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ). Escola para ela é sinônimo de brincadeira e de encontrar todos os dias os colegas de turma.

No próximo ano, ela ingressará no primeiro ano do ciclo do Ensino Fundamental e será encaminhada para outra escola. Há algumas décadas, essa mudança representaria um rito de passagem nada agradável na vida escolar de uma criança. A brincadeira seria abolida drasticamente. A conversa entre a turma só seria permitida na hora do recreio e - o mais complicado - ela teria que *aprender todos os conteúdos* em um prazo determinado.

Educação Fundamental: será o fim da brincadeira?

A supervisora do Projeto de Alfabetização da Diretoria de Educação Fundamental da Secretaria Municipal de Educação (SME), Ana Lúcia Barros, diz que do jardim para o primeiro ano do ciclo, a mudança radical significava uma ruptura das práticas pedagógicas, características do universo infantil: “De uma hora para outra era o fim da brincadeira, do trabalho de grupo e das trocas de informações entre as crianças”.

A Educação Infantil era vista como uma etapa preparatória, exigindo-se que professores trabalhassem com as crianças hábitos como sentar direito na cadeira e manter uma postura ereta, a percepção visual e a coordenação motora fina. Assim, *eles chegariam prontos ao Ensino* ▶



Fundamental, facilitando o trabalho de alfabetização.

Se os alunos estranhavam? Muitos professores que trabalharam neste esquema dizem que sim. Afinal, no curto espaço de tempo das férias, grandes mudanças aconteciam na escola, principalmente na sala de aula. Espaços como a casinha de boneca, o canto da leitura, dos joguinhos e o bate-papo da rodinha em grupo desapareciam. As mesinhas dos estudantes, até então agrupadas, ganhavam uma nova arrumação: todas enfileiradas, uma atrás da outra. Sem falar nos alunos - agora mais numerosos que nas turmas de Educação Infantil - que passavam a ser avaliados de outra forma. Seus trabalhos e atitudes ganhavam a conotação de certo ou errado, representados por códigos ou números, maiores ou menores de acordo com o olhar do professor.

Novas idéias - Foi a partir da década de 1960 que uma nova concepção de ensino começou a ser debatida. Jean Piaget e suas idéias sobre as etapas do desenvolvimento da criança.

Lev Vygotsky com o conceito de que o professor é um mediador na sala de aula. Célestin Freinet com sua posição de que não se deve estigmatizar o erro, mas trabalhá-lo até se alcançar o acerto. Paulo Freire com a importância da contextualização do ensino. A leitura e a releitura desses e de outros autores foram reformulando o pensar e a prática de alguns professores, que se apropriaram dos saberes dos teóricos e os colocaram a seu serviço.

A Educação Infantil começou a não ser vista mais como uma etapa *assistencialista*, muito menos preparatória, mas, sim, como uma fase decisiva na formação dos indivíduos. Por outro lado, os professores de Ensino Fundamental deveriam respeitar o ritmo de cada aluno, considerar seu conhecimento prévio e encarar o erro como etapa do processo de constituição de valores e conceitos.

“Por desconhecimento e receio de trocar sua prática”, explica Sônia Almeida, professora da equipe de Educação Infantil da SME, “muitos professores e escolas não incorporaram as novas idéias. Poucos conseguiram. E foi exatamente isso que acabou desencadeando uma ruptura traumática na passagem do Ensino Infantil para o Ensino Fundamental”.

Culpa dos professores? “Com certeza pensar numa escola diferente daquela que todos freqüentamos é muito difícil”, diz Ana Lúcia. Passadas mais de três décadas da discussão dessas novas concepções do papel da escola e do magistério, houve e ainda há questionamentos e resistências.

“Resistências não só do corpo docente”, constata Viviane de Azevedo, da Escola Municipal Rodrigo Mello Franco Andrade, Zona Norte, Rio de Janeiro (RJ).

Ela conta que muitos pais de alunos ainda acreditam que o bom ensino é aquele que segue uma determinada cartilha.

Dúvida - Quem passa pela porta da sua sala de aula estranha. Ora divididas em grupo, ora numa grande roda, as crianças estão o tempo todo conversando, debatendo, estudando, questionando e...brincando. Mas a professora Viviane garante: “E de forma nenhuma deixando de aprender os conteúdos necessários”.

Ana Cristina Corrêa Fernandes, professora da equipe de Alfabetização da SME, acrescenta: “Se os responsáveis não vêm, por exemplo, o caderno dos seus filhos cheios de anotações e dezenas de trabalhos escolares e deveres de casa, chegam a duvidar da qualidade do trabalho da escola”.

Foi exatamente isso que aconteceu com Viviane. E não faz muito tempo. A mãe de um de seus alunos pediu para a direção da escola trocar o menino de sala. Ela achava que o seu filho não estava aprendendo nada. A direção tentou argumentar, mas nada feito. A criança foi retirada da sala de aula.

E o que dizer quando são os próprios alunos que questionam o papel do professor e insistem no modelo tradicional? Certa vez, a professora Adriana Soares, que hoje integra a equipe de Alfabetização da SME, propôs à turma que arrumasse a sala de aula da melhor forma que desejasse.

“Pensei que os alunos fariam uma roda ou se dividiriam em pequenos grupos. Estava completamente enganada. Vi qua-

Martha Rocha, Adriana Soares e Ana Lúcia Barros: professoras engajadas por uma Educação Infantil e Fundamental de qualidade





Escola Municipal Rodrigo Mello Franco Andrade



Escola Municipal Campos Salles



Jardim de Infância Ana de Barros Câmara

tro filas de carteiras, uma atrás da outra. Por que isso? - perguntei. 'Ah!, professora, é assim que a escola funciona e queremos fazer igualzinho, respondeu uma aluna.'

Cabe ao professor e a direção da escola vencerem esse e outros desafios. É preciso entender, explica a professora Adriana, que se trata apenas de uma mudança de série, não de uma prática pedagógica. O aluno não pertence a um professor, mas a um processo educativo. "A meta é formar um cidadão pleno que tenha uma postura crítica em relação ao mundo. Um indivíduo que não saiba apenas ler e escrever, mas que seja capaz de ler e interpretar o mundo".

Caso contrário, a criança que foi aluna de Educação Infantil, onde se criam espaços e promovem atividades para a constituição de sua formação, ao chegar ao Ensino Fundamental tradicional, questionará o papel da escola e do próprio professor.

Adriana avisa: "Se esse questionamento levar o educador a rever sua prática, ótimo. Se não levar a nada, corre-se o risco de o aluno perder todo o interesse na escola. Possivelmente, aprenderá a ler e escrever, por exemplo, mas não a fazer conjecturas e interpretações".

Susto - E há também o outro lado. O professor do Ensino Fundamental que está à espera de crianças ativas e questio-

nadoras e que se depara com alunos que tiveram uma Educação Infantil nos moldes da escola preparatória, como conta Luciane Rosa Prata Alves, professora do terceiro ciclo do Ciep Dr. Bento Rubião, na Zona Sul do Rio de Janeiro (RJ).

"Certa vez, levei um susto. Resolvi brincar de *adeganha* com os alunos, pois queria ver como eles estavam em relação à escrita. Foi uma experiência frustrante. Com medo de errar, eles queriam copiar as respostas dos alunos que tinham melhor rendimento. Eles não tinham autoconfiança, a idéia de certo e errado pesava muito em suas atitudes. Além disso, o espírito de brincadeira, que deveria fazer parte ainda do seu dia-a-dia, havia desaparecido."

O comportamento desses alunos está ligado à conduta de seus professores de Educação Infantil, que, na opinião de Luciene, dificilmente criaram um espaço para que elas exercitassem a criatividade e desenvolvessem todo o seu potencial. Martha Rocha concorda, mas arrisca outra explicação. "Nós, professores, até procuramos trabalhar numa nova concepção de ensino. Mas nos sentimos desestimulados quando percebemos que somos os únicos jogadores deste time".

Professora de sala de leitura da Escola Municipal Duque de Caxias, Zona Norte do Rio de Janeiro (RJ), Martha sabe do que está falando. Quando teve que assumir, pela primeira vez, uma turma de primeiro ciclo ficou angustiada. "Minha experiência era com a Educação Infantil e sempre procurei atualizar a minha prática. Tentei dar prosseguimento ao trabalho realizado com as turmas de crianças pequenas, porém não deu certo. Era a única professora da escola que estava tentando fazer algo diferente, mas sem o apoio da escola fica difícil continuar o trabalho".

Fátima Spala, da equipe de Alfabetização da SME, endossa o comentário de Martha. "O trabalho só dá resultado quando a escola defende a mudança, que pode até ser iniciada por um professor, mas que deve ser amplamente debatida, compreendida e aceita por todos e fazer parte, de fato, do projeto político-pedagógico da escola". ■

Cursos para professores e coordenadores

Desde o ano passado, a equipe do projeto de Alfabetização da SME vem promovendo encontros para que professores do ciclo possam discutir e repensar suas práticas e, assim, tornar a passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental menos traumática para os alunos.

Segundo Ana Lúcia Barros, supervisora do Projeto Alfabetização da SME, cerca de seis mil professores estão participando do curso, que acontece duas vezes por semana: "Muitos que no início eram resistentes às mudanças, hoje já estão mais abertos. Isso já é um ganho".

Por outro lado, a equipe de Educação Infantil também está se reunindo com os 67 coordenadores pedagógicos das escolas que oferecem Ensino Infantil. A meta é mostrar a importância da construção de um projeto político-pedagógico que atenda às novas necessidades das crianças.

De acordo com Ana Lúcia, ainda há muito o que fazer: "Estamos falando de uma nova postura da escola, uma nova postura do professor, do pai do aluno e do próprio estudante. Estamos tratando não só de educação, mas de crenças, valores e costumes construídos durante muitos anos".

Para sua atualização

Linguagens artísticas e princípios educativos. Estes são os destaques da programação de TV: Quando o Mundo Falava Árabe, Cantos do Rio, Os Segredos de Kineret e Lucas e Lucinda.



TV

Quando o Mundo Falava Árabe

Área de Conhecimento

História

Sinopse

A série de 12 episódios destaca os aspectos da influência da cultura árabe no ocidente. O programa apresenta as inovações artísticas e culturais que se destacaram durante a Idade Média.

Reprodução



Na Escola

O professor encontrará várias informações sobre a origem dos contadores de histórias e sua relação com as artes cênicas, além de interessantes reflexões filosóficas que permeiam a história do povo árabe. Com o material, o educador pode construir projetos integrados, com propostas que favoreçam reflexão sobre o que é história, como os fatos acontecem, como eles se perpetuam ao longo do tempo e como a humanidade está envolvida neste processo.

Propostas de Trabalho

★ Em História e Geografia pode-se discutir relações de poder, de religião e de política, bem como a construção de parâmetros de responsabilidades individuais e de solidariedade. É possível ainda analisar os diferentes sistemas de governo e a participação da sociedade. Não esqueça, professor, que este é um ano de eleições e estas questões estão mais atuais do que nunca.

★ O programa é um material rico também para as aulas de Português e de Literatura. Você pode explorar diferentes formas de expressão da linguagem teatral (a tragédia e a comédia).

★ Faça uma viagem no tempo com seus alunos. Proponha aos estudantes uma forma de registrar e apresentar a própria história da turma. Desde quando os alunos estão juntos? Quais os acontecimentos mais engraçados, os mais tristes e os mais significativos? Alguma saudade? Quais as perspectivas para o futuro? Como estará o grupo daqui a 10 ou 20 anos?

Ficha Técnica

Tipo de produção:
Documentário

País: França

Produção:
Fit productions e La Cinquinème

Duração: 28 minutos

Horário:
BandRio (segunda-feira, às 7h)
NET (quinta-feira, às 8h30)

Área de Conhecimento

Linguagens artísticas (música), História e Geografia

Ficha Técnica

Tipo de produção:
Documentário

País: Brasil

Produção:
MULTIRIO

Duração: 30 minutos

Horário:
BandRio (sábado, às 10h30)

Área de Conhecimento

Psicologia

Ficha Técnica

Tipo de produção:
Ficção

País: Israel

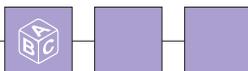
Produção:
Shiba Communication Ltd.

Duração: 26 minutos

Horário:
NET (sexta-feira, às 8h)



Reprodução



TV

Cantos do Rio

Sinopse

A série, composta por 12 programas, é apresentada pela cantora e compositora Joyce, que mostra obras de compositores cariocas, desvendando seus bairros de origem.

A cantora Joyce promove o encontro informal entre músicos, levando o espectador aos diversos *Cantos do Rio* onde a música acontece.

Na Escola

Além de ser uma ótima fonte de informação sobre música, a série mostra a cidade sob o ponto de vista do entrevistado.

Propostas de Trabalho

★ A série traz curiosidades sobre a cidade, podendo motivar projetos escolares que resgatem a memória de cada bairro representado pela turma.

Reprodução



TV

Os Segredos de Kineret



Sinopse

A série, composta por 13 episódios, conta a trajetória de uma menina, aparentemente muda, que tenta desvendar o mistério que envolve a suposta morte de seu pai em um acidente de carro. Aborda temas do universo afetivo, do início da adolescência, como conflitos familiares, amizades, amores e desenvolvimento da sexualidade. As situações vividas no cotidiano escolar e familiar facilitam a identificação dos jovens com seus próprios desejos, interesses e dúvidas.

Na Escola

Esta série promove, de forma sutil, a reflexão sobre o autoconhecimento dos jovens. Os temas abordados nos episódios podem ser interessantes para professores de História, Língua Portuguesa e Ciências.

Propostas de Trabalho

★ Forme dois grupos e peça para que cada um deles analise o mesmo episódio. Cada grupo fará um relatório, identificando o tema central e apontando críticas positivas e negativas. Proponha também que a turma identifique o que há em comum entre os episódios, fazendo comparações com os conflitos, desejos e dúvidas da adolescência.

Atenção professor! Não esqueça de registrar todos os depoimentos e guarde para serem reavaliados por você e seus alunos em outro momento da vida escolar, comparando o processo de crescimento social e afetivo do seu grupo. É bom lembrar também que as pessoas são únicas e os seus sentimentos não estão desconectados de outras dimensões da personalidade, como a inteligência ou ainda o próprio corpo.



TV

Lucas e Lucinda

Sinopse

Baseada no conto *O vaga-lume*, de Jan Karafiat, a série de 30 episódios enfoca os valores humanos por meio de seus personagens, que valorizam a importância da família, dos amigos e da vida comunitária. A série trata de temas ligados à constituição de valores que fazem parte dos princípios educativos, estéticos e políticos, que devem nortear a ação da escola dentro e fora da sala de aula. Cada episódio busca incentivar a criatividade, a imaginação e a linguagem oral, a partir das aventuras dos pequenos vaga-lumes.

Reprodução



Na Escola

Os episódios favorecem o trabalho entre diferentes áreas do conhecimento, pois destacam a constituição de valores e o desenvolvimento social e afetivo, que permeiam a convivência humana. São abordados temas como medo, perda, morte, identidade de grupo, amor, amizade, solidariedade e respeito às diferenças, que podem ser trabalhados separadamente ou em seqüência, segundo a necessidade de alunos e professores.

Propostas de Trabalho

★ Divida a turma em grupos de interesses e proponha uma dramatização que permita ao aluno expressar suas expectativas e sentimentos sobre determinado tema provocado pela série. Em seguida avalie com todo o grupo as diferentes apresentações.

★ Escolha com a turma um episódio e sugira que, em duplas, os alunos modifiquem a história dando um novo final ou inventando outro enredo. Em seguida, peça a eles que troquem as histórias e avaliem. É importante estabelecer com seus alunos os critérios de avaliação e os pactos coletivos.

★ Apresente para os estudantes pelo menos três episódios que você tenha escolhido como importantes para serem trabalhados. Eleja com eles um único tema e peça aos alunos que apresentem de diferentes formas: linguagem oral, escrita, gráfica, colagem de gravuras, desenhos ou fotografia. Divulgue esse trabalho também para alunos de outras séries e organize com todos um festival de apresentações.

Atenção professor! Não perca a oportunidade de incentivar a reflexão e o diálogo entre os alunos em cada atividade mencionada, sugerindo sempre que eles façam um paralelo com situações e conflitos vividos por eles dentro e fora da escola.

Área de Conhecimento
Psicologia e Ética
Ficha Técnica
Tipo de produção: Animação
País: República Tcheca
Produção: Kratky Film e Studio Jiri Truka
Duração: 7 minutos
Horário: BandRio - Cara de Criança (segunda a sexta-feira, às 7h30)

Estas propostas são feitas a título de sugestão. Não é nossa intenção passar receitas ao professor. Consideramos que todos os vídeos podem ser usados por todos os segmentos, em parte ou totalmente. Quem deve fazer esta opção é você, professor!

Educação
InfantilEnsino
Fundamental

Vídeo



Professores



Impressos



CD-ROM



Internet

Benefícios ao alcance do *mouse*

Consultar a legislação municipal, conferir o último contracheque ou acompanhar o andamento de processos. Nunca foi tão fácil e rápido para funcionários da Prefeitura do Rio terem acesso a essas e outras informações. Desde maio, está no ar o *Portal e-servidor*, um guia de serviços e consultas *on-line*.

Ao acessar a página www.rio.rj.gov.br, o usuário encontrará no canto direito da tela um *link* que o levará ao *site*. Dividido em áreas, o novo *site* do servidor traz notícias de interesse do funcionário público municipal, uma seção com todos os benefícios que são concedidos e a legislação vigente. É possível também conferir o estatuto dos servidores, as resoluções da Prefeitura e acompanhar o andamento de processos.

Classificados - Mas não são apenas informações técnicas que estão disponíveis no *e-servidor*. O *site* também abriga uma área de classifica-

dos. Imóveis, automóveis, brinquedos, equipamentos de música e tudo o mais que o usuário quiser colocar à venda.

Mensalmente, os servidores são convidados a participar de um *chat* com o secretário municipal de Administração, para tirar dúvidas sobre o dia-a-dia do funcionalismo público carioca. Desde que o novo portal entrou no ar, o número de visitas ao *site* duplicou. Agora, há cerca de dois mil acessos por mês.

O sistema foi criado pela Secretaria de Projetos Especiais em parceria com a Secretaria Municipal de Administração. ■

Em primeira mão, o servidor tem acesso a todas as informações sobre os concursos públicos promovidos pela Prefeitura. O *link* também traz os editais dos processos seletivos, bem como as tabelas de convocação.

Espaço de compra e venda. Qualquer funcionário tem acesso ao sistema.

O servidor pode acessar a biblioteca virtual da Secretaria Municipal de Administração e as diversas resoluções e estatutos da Prefeitura.

Dá acesso direto ao *site* do Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro (PREVI-RIO).

Basta digitar o número do processo que, em segundos, o sistema informa ao usuário a situação do requerimento.

Aqui encontra-se o Fórum do Servidor. Um tema a cada mês é colocado em pauta e discutido pelos funcionários.

Funcionário da administração direta ou indireta pode acessar o seu contracheque e os benefícios concedidos.

Em tempo real, o servidor encontra as últimas notícias da Prefeitura do Rio e da Secretaria Municipal de Administração. Também tem acesso ao Diário Oficial do dia.

Na sala de leitura um vídeo passa na tela. A dinamizadora da Divisão de Educação da CRE conduz mais um centro de estudos.

Este é o professor Jorge.

BOA TARDE!



QUASE LÁ...

Roteiro: Cristina Campos / Arte: Eduardo Duval

Alguns professores têm as mesmas atitudes da de outros encontros.



Alguns dialogam e debatem atentos.



Outros distraem-se com...

...Jornal, celular, agenda.



Algumas falas são familiares.

NÃO AGÜENTO MAIS OUVIR FALAR DI SSO...

E EU QUE ESTOU CHEIA DE COISAS PRA FAZER!



EU NÃO CONSIGO SABER SE O MEU ALUNO APRENDEU!

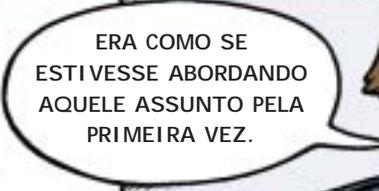
COMO SABER SE ELE APRENDEU?

VYGOTSKY PESQUI SOU MUITO SOBRE A QUESTÃO... VALE A PENA DAR UMA LIDINHA.



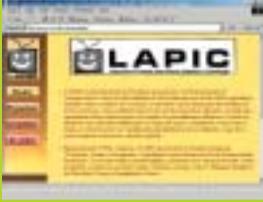


Divisão de Educação, no dia seguinte.



PELA WEB

http://www.eca.usp.br/nucleos/lapic/pesquisa/2pesquisa/2_pesquisa.html



A página traz a pesquisa *Desenho Animado na TV: Mitos, Símbolos e Metáforas*, estudo realizado pelo Laboratório de Pesquisa sobre Infância, Imaginário e Comunicação (Lapic), do Departamento de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP).

LIVROS

Para a garotada

Bichos são todos...bichos

Bartolomeu Campos de Queiroz
Editora Brasil (2001)

Neste livro, as brincadeiras poéticas e os trocadilhos fazem com que os mais diversos animais se aproximem e completem, se choquem e se distanciem sempre unidos pela poesia e pelo humor.



Para sua atualização

Os Fazeres na Educação Infantil

Maria Clotilde Rossetti-Ferreira, Ana Maria Mello, Telma Vitória, Adriano Gosuen e Ana Cecília Chaguri (Org.)
Editora Cortez (2000)

O livro conta histórias sobre as formas de lidar com as crianças em creches e pré-escolas, reunindo as experiências práticas e os conhecimentos produzidos por um grupo de educadores e pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP).

TV-VÍDEOS

Uma Escola do Tamanho do Mundo - Especial Conceito de Criança

Aborda a terceira Diretriz Curricular Nacional – Educação Infantil
(Programa 4/Duração: 60 min)

Nós da Escola

Os professores do Ciep Adão Pereira Nunes, Zona Norte, Rio de Janeiro, falam sobre a importância de se trabalhar com a TV e outras mídias na sala de aula.
(Programa 27/Duração: 30 min)

Contos Desfeitos

Recriação de contos infantis clássicos, usando objetos do cotidiano do século XX. Como nos contos de fadas, estão em jogo magia e beleza.
(Episódios: 20/Duração: 5 min)

Programas veiculados pela MULTIRIO/SME.
Rio de Janeiro, 2001.

Mais informações: www.multirio.rj.gov.br,
ouvidoriomultirio@pcrj.rj.gov.br • Tel.: (21) 2528-8282

FILMES

O Jardim Secreto

Depois da trágica morte dos pais, uma garotinha de 10 anos é obrigada a morar na casa do tio, um homem solitário e arredio, que convive pouquíssimo com o próprio filho. Aos poucos, a menina descobre alegrias inesperadas na existência de um jardim, escondido nos fundos da propriedade.
Disponível nas locadoras.
(Produção de 1993/Duração: 72 min)

AGENDA

FÓRUM DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Toda primeira terça-feira do mês é realizado o Fórum de Educação Infantil, que discute a educação de crianças de 0 a 6 anos. O evento é promovido por educadores e organizações não-governamentais interessados em fortalecer e propor caminhos para o Ensino Infantil. O próximo fórum será realizado no dia 6 de agosto, na Universidade do Rio de Janeiro (Unirio). Endereço: Av. Pasteur, 458, Rio de Janeiro (RJ). **Informações:** (21) 2285-6223.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O Sesi, a Unesco e a Universidade de Brasília realizarão o II Telecongresso Internacional de Educação de Jovens e Adultos, entre os dias 14 e 16 de agosto. O seminário Educação e Diversidade: Aprendendo a Viver Juntos discutirá as competências para a formação do cidadão. As inscrições serão feitas até o dia 10 de agosto. **Informações:** (61) 317-9855.

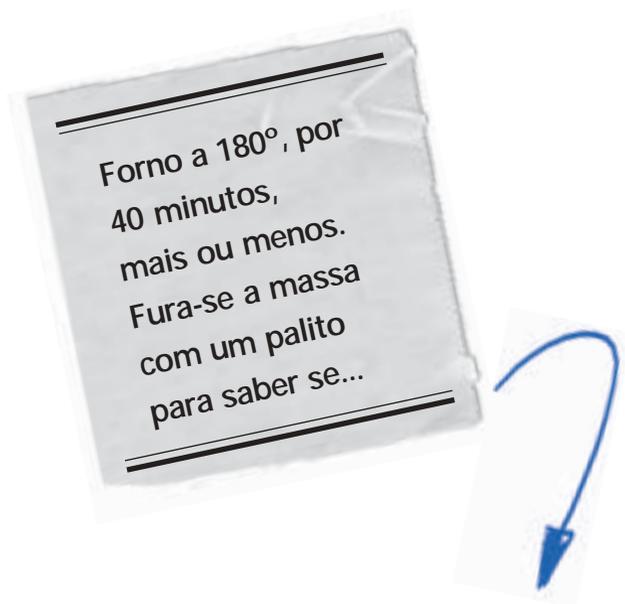
ESPAÇO PARA CRIANÇAS

Conhecimento e brincadeira. O Centro Cultural da Light acaba de criar um espaço destinado a crianças e jovens que conta a história da empresa e como se processa a energia elétrica. Endereço: Rua Marechal Floriano, 168, Centro, Rio de Janeiro (RJ). **Informações:** (21) 2211-2921.

QUATRO MOTIVOS PRA VOCÊ MUDAR DE VEZ SUA SINTONIA COM A TV

Regina de Assis terá novos [Encontros Essenciais](#) com personalidades brasileiras. Joyce levará você pelos [Cantos do Rio](#) com os melhores músicos e shows da MPB. Os adolescentes estarão [Abrindo o Verbo](#) sobre tudo que sai na mídia. Zé Zuca deixará sua [TV Maluca](#) com desenhos e personagens engraçadíssimos.

É na MULTIRIO
Canal 3 da NET / BandRio



NÓS DA ESCOLA

No próximo número: Avaliação



central de atendimento: (21) 2528-8282
ouvidoriainmultirio@pcrj.rj.gov.br